

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA
CURSO DE BACHARELADO EM MUSEOLOGIA

**MUSEOLOGIA COLABORATIVA E O ACERVO ETNOGRÁFICO
KAPINAWÁ: MEMORIAL DA ALDEIA MALHADOR**

OTÁVIO EUGÊNIO SOARES SANTOS

OTÁVIO EUGÊNIO SOARES SANTOS

**MUSEOLOGIA COLABORATIVA E O ACERVO ETNOGRÁFICO
KAPINAWÁ: MEMORIAL DA ALDEIA MALHADOR**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Museologia, da Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação do Prof. Dr. Renato Monteiro Athias, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Museologia.

RECIFE – 2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Santos , Otávio Eugênio Soares .

Museologia colaborativa e o acervo etnográfico kapinawá: memorial da
aldeia malhador / Otávio Eugênio Soares Santos . - Recife, 2023.

40p. : il.

Orientador(a): Renato Monteiro Athias

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Museologia -
Bacharelado, 2023.

Inclui referências, anexos.

1. Documentação de acervos . 2. Memória Indígena . 3. Acervo etnográfico .
4. Museologia Social . I. Athias , Renato Monteiro . (Orientação). II. Título.

300 CDD (22.ed.)

OTÁVIO EUGÊNIO SOARES SANTOS

**MUSEOLOGIA COLABORATIVA E O ACERVO ETNOGRÁFICO
KAPINAWÁ: MEMORIAL DA ALDEIA MALHADOR**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Museologia, da Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação do Prof. Dr. Renato Monteiro Athias, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Aprovado em 15/05/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Renato Monteiro Athias
(Orientador – UFPE)

Prof. Dr. Alexandre Oliveira Gomes
(Primeira Avaliador)

Prof. Mestre. Suzenilson Da Silva Santos
(Segundo Avaliador)

Somos feitos da matéria dos sonhos; e nossa curta vida é envolta pelo sono.

William Shakespeare

Para Márcia Soares, minha mãe e fonte de toda força motriz de minhas realizações pessoais.

AGRADECIMENTO

Esse trabalho não seria possível sem grande parte do suporte que recebi de meus familiares e amigos. É com o mais honesto reconhecimento que agradeço a todos aqueles envolvidos nesse trabalho, direta ou indiretamente. Recebi apoio, mesmo a distância, de muitas pessoas. Uma dessas, e a quem eu quero deixar registrado a minha gratidão, é o meu Tio Ricardo Soares (professor da UFCG da Paraíba) e indivíduo que me incentivou a entrar para o curso de Museologia. Sem ele, eu não estaria aqui.

Agradeço aos meus professores e colegas de classe que sempre levantaram debates em sala de aula, cruciais para o despertar e a curiosidade, em mim, enquanto estudante, e fundamentais para abordar assuntos que foram postos nesse material de pesquisa.

Foram momentos muito difíceis. Como qualquer outro aluno, ou pelo menos a maioria com quem tive contato, eu passei por várias situações de crise sobre o que pretendia dedicar a minha pesquisa e o meu esforço. Amigos como Mariana Jucá, colega de classe, e que compartilhamos vários trabalhos juntos; Diego Oliveira, amigo do coração e pessoa que emprestou sua escuta cuidadosa, mas ativa, foram basilares para eu estar aqui hoje.

A minha formação foi muito difícil. Assim que entrei na universidade, descobri que ia ser pai. Foi uma mudança muito radical em minha vida. Isso com certeza alterou o rumo da minha formação em vários momentos. Contudo, Aurora (a minha filha) me emprestou sua luz e iluminou meu caminho em diversos momentos. Em muitas ocasiões, ela, o amor da minha vida, me ensinou sobre maturidade, respeito, paciência, e, sobretudo, amor.

Passei também, enquanto estudante, pelo período pandêmico. Foi o momento mais difícil. Tive que me afastar da universidade por um longo período. Justamente no momento de escrita do projeto de conclusão de curso e dos estágios supervisionados. Como se não bastasse o afastamento da universidade, devido a COVID-19, também perdi amigos para a doença. Isso foi um baque. Mais um distanciamento foi necessário para cuidar da saúde mental e organizar os pensamentos. Mantive os estudos e as pesquisas em casa. Era o que eu gostava. Mas não podia deixar de escutar a batalha de meus vizinhos, tosse após tosse, um casal de idosos, contra a COVID-19. Difícil digerir, mas a doença venceu. Também perdi meus vizinhos. Na volta às aulas presenciais, após uma trégua da doença, o sentimento era de não poder deixar a “peteca cair” e seguir em frente. Aos poucos, principalmente com a ajuda da minha filha e de minhas sobrinhas (Sofia e Maria Flor) eu pude voltar a frequentar a UFPE.

Antes que termine, não posso deixar de agradecer ao meu orientador, Renato Athias. Sem sua assistência e envolvimento dedicado em todas as etapas do processo, este projeto nunca teria sido realizado. Gostaria também de agradecer aos membros da banca examinadora.

Por último, mas não menos importante, nada disso poderia ter acontecido sem a minha família. Para meus pais Márcia Soares e Valter Eugênio, e minha irmã, Izabela Eugênio - seria um eufemismo dizer que, como família, experimentamos alguns altos e baixos nos últimos anos. Esta monografia é uma prova do nosso amor e incentivo incondicional. Amo vocês.

RESUMO

Esse trabalho de monografia, tem como objetivo principal expor atividades desenvolvidas em pesquisas de campo realizadas nos anos de 2018 e 2019 na Aldeia Malhador, assim como o resultado de entrevistas realizadas com os Kapinawá, no decorrer da construção do trabalho de conclusão de curso, dando andamento, e, sendo assim, pondo pontos finais ao projeto inicial que contou com a ajuda e colaboração dos principais líderes da aldeia em questão, a Malhador. Nele, será evidenciado a importância de uma construção museal colaborativa, junto à uma museologia já vigente no local, visando a salvaguarda, sistematização e monitoramento de informações existentes no Acervo Etnográfico do povo indígena Kapinawá. Além disso, busca-se verificar como o processo da preservação da memória desse povo, juntamente à suas coleções, vem sendo realizado pela comunidade da aldeia, mostrando quais aspectos desenvolvidos estão relacionados à preservação e conservação dos objetos, focando na participação comunitária e colaborativa na curadoria das peças e execução da conservação preventiva adaptada para a realidade dos recursos disponíveis na região.

Palavras-chave: Documentação de Acervos. Memória Indígena. Acervo Etnográfico. Museologia Social.

ABSTRACT

This monograph work has as main objective to expose activities developed in field research conducted in the years 2018 and 2019 in Aldeia Malhador, as well as the result of interviews conducted with the Kapinawá during the construction of the monograph work giving closure to the initial project, which had the help of the prominent leaders of the Malhador village. In it, it will evidenced the importance of a collaborative museum construction, aiming to safeguard, systematize and monitor existing information in the Ethnographic Collection of the Kapinawá indigenous people. In addition, it seeks to verify how the process of preservation of the memory of this people, along with their collections, has been performed by academic society and general, showing what aspects developed are related to the preservation and conservation of objects, focusing on community participation in the curatorship of the pieces and implementation of preventive conservation adapted to the reality of available resources.

Keywords: Documentation of Archives. Indigenous Memory. Ethnographic Collections. Social Museology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Foto do espaço reservado a construção do Memorial da Aldeia Malhador, já com algumas estacas de madeira montadas.....	12
Figura 2 - Foto de Caroá, uma planta nativa e endêmica do Brasil.....	13
Figura 3 - Mapa de Pernambuco ilustrando o Município de Buíque.....	25
Figura 4 - Mapa de Aldeias e demarcações territoriais Kapinawá.....	26
Figura 5 - Entrevista com o senhor Antenório.....	28
Figura 6 - Identidade 1.....	29
Figura 7 - Identidade 2.....	29
Figura 8 - Bolsas feitas de Caroá.....	29
Figura 9 - Bastão utilizado para amassar o Caroá.....	29
Figura 10 - Onde se prepara o caroá.....	29
Figura 11 - Fazendo o caroá.....	29
Figura 12 - Menina vestida com sai de caroá.....	30
Figura 13 - “Cesto”.....	31
Figura 14 - “Maracá Kapinawá”.....	31
Figura 15 - “Ferro de passar”.....	32
Figura 16 - “Pedra”.....	32
Figura 17 - Objeto coletado por Ronaldo Kapinawá.....	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CE – Ceará

DAM – Departamento de Antropologia e Museologia

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

PINEB – Programa de Pesquisa sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro

ICOM – Conselho Internacional de Museologia

NEPE – Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Etnicidade

PE – Pernambuco

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

CIMI/NE – Conselho Indigenista Missionário do Nordeste

UFBA – Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. UM BREVE RELATO SOBRE CONCEITOS, ORGANIZAÇÕES E VARIAÇÕES DE INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA ATÉ OS MUSEUS INDIGENAS ATUAIS.....	14
2. A IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS DE MEMÓRIA E OS MUSEUS INDIGENAS: MUSEU KANINDÉ E O MUSEU KAPINAWÁ.....	19
2.1 MUSEU KANINDÉ.....	21
2.2 MUSEU KAPINAWÁ	22
3. MEMORIAL DA ALDEIA MALHADOR E A MUSEOLOGIA COLABORATIVA NA PRÁTICA	25
3.1 ATIVIDADES DE CAMPO	27
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS	36
ANEXO A – REGISTO DOS MOMENTOS DE VISITA DE CAMPO NA ALDEIA MALHADOR	38

INTRODUÇÃO

A disposição para estudar temáticas com mais aproximação à antropologia do que a outros campos do saber, distribuídos e fragmentados em diversas áreas pelo próprio curso de bacharelado em museologia da UFPE, veio no decorrer do ano letivo de 2018, mais especificamente em novembro deste mesmo ano. Eu me escrevi para participar, do dia 15 a 18 de novembro, de aulas de campo, cujo título era: “Vivência e Introdução a organização do Museu Virtual Kapinawá”.

O objetivo principal da visita de campo era coletar material suficiente com o intuito de ajudar no projeto do museu virtual da aldeia Malhador. Essas aulas eram diretamente vinculadas ao NEPE (Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Etnicidade da UFPE) relacionadas, diretamente, a disciplina de etnomuseologia II e ministradas, ambas, pelo Professor Renato Athias. Além disso, já havia uma predisposição em mim em estudar pautas mais sociais do que estritamente técnica. Sendo assim, fui me aproximando cada vez mais de temáticas, conceitos e estudos que envolvessem vivências, dentro da museologia, ligados à antropologia.



Figura 1. Foto do espaço reservado a construção do Memorial da Aldeia Malhador, já com algumas estacas de madeira montadas. Foto tirada durante a primeira visita de campo.

Essas atividades influenciaram diretamente na escolha do problema de pesquisa do meu TCC, entender como uma museologia academicista (enciclopédica institucional), poderia trabalhar, em conjunto, de modo mais linear possível, com uma museologia vigente local, já praticada e disseminada na comunidade em questão – a Aldeia Malhador. O objetivo inicial das atividades de campo eram pesquisar, registrar e entender todo o acervo que pertenceria, futuramente, ao Museu da Aldeia Malhador, com o intuito de se criar um acervo para a aldeia. Acervo esse, coletado pelo José Ronaldo Kapinawá, uma das principais lideranças da comunidade. A partir de então, me empenhei cada vez mais a pesquisar e me dedicar mais a outras visitas de campo.

Na segunda atividade colaborativa realizada na aldeia Malhador (14/06/2019 à 16/06/2019) o reencontro tinha como principal objetivo implementar oficinas para a salvaguarda dos bens materiais e trabalhar no manuseio do próprio site, além de montar, junto com as pessoas mais experientes da aldeia, uma ficha catalográfica a partir de suas próprias concepções. Do mesmo jeito que se questiona, hoje em dia, se há alguma forma de instalar obras de arte de modo que o artista e o historiador não experienciem o espaço do museu como um lugar de um triunfo sobre o outro (LAMONI e ALVES, 2017) a preservação colaborativa tem o objetivo de construir, apoiado no diálogo, para se pensar a partir de perspectivas horizontais ou laterais, através de um modelo de aliança.

Este trabalho não tem a pretensão de esgotar em sua totalidade debates acerca da construção de espaços de memória, povos indígenas, e nem um outro problemática abordada no decorrer da construção do trabalho de monografia. Trata-se de abordar a importância do diálogo linear, não hierarquizado entre o que se pensa na academia como técnicas e teoria museológicas, e, sendo assim, aprender, entender e trabalhar em conjunto com outras museologias sociais, já praticadas em outros locais. Nesse caso, os Kapinawá, mais especificamente a Aldeia Malhador.



Figura 2. Foto de Caroá, uma planta nativa e endêmica do Brasil, muito encontrada no bioma da caatinga. Usada para fabricação de Maracás, bolsas, saias, entre outros. Fonte: <https://www.flickr.com/photos/carlosoliveirareis/4915435085>

1. UM BREVE RELATO SOBRE CONCEITOS, ORGANIZAÇÕES E VARIAÇÕES DE INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA ATÉ OS MUSEUS INDÍGENAS ATUAIS

Antes de começarmos as discussões acerca do objeto de estudo, faz-se necessário situar o leitor à alguns conceitos, fatos e linguagens utilizadas na Museologia, para melhor compreensão da metodologia aplicada. Assim como avaliar os processos implantados, originados em raízes tradicionais, que precisam ser questionadas e expostas para sua modificação e ampliação, possibilitando que o espaço de cultura seja de fato acessível, e de todos aqueles que sintam a necessidade de expor e difundir suas práticas culturais. E, da mesma maneira, poder proporcionar que os públicos sejam capazes de se reconhecer e se sentir pertencentes do espaço.

O surgimento dos museus aconteceu muito antes da institucionalização da Museologia como campo de saber, em 1932¹. Tem-se conhecimento de que nos séculos XVI e XVII, bastante marcados por atos de exploração em terras desconhecidas, era muito comum o hábito de colecionar objetos naturais e definidos como exóticos, dentre eles: animais, minerais e vegetais. O acúmulo dessas peças incentivou a criação de ambientes reservados especificamente para depositá-las. Entretanto, na época, essas ações não estariam acompanhadas de pensamentos ou intenções críticas sobre a exposição ou a preservação desses objetos. Neste contexto, surgiram os Gabinetes de Curiosidade. E mesmo com um perfil totalmente acumulativo, serviram de local para pesquisas e estudos a partir dos objetos que armazenavam. (SOTO, 2014)

Com o passar do tempo, instituições, pesquisadores influentes estavam acessando cada vez mais esses locais, e essa conjuntura foi delineando os primeiros caminhos que os conformariam como um espaço de legitimação, fazer ciência e acesso direto ao conhecimento. Diante disso, notou-se a necessidade da construção de políticas concernentes a esses espaços, de modo a facilitar e organizar a preciosidade existente nos Gabinetes (SOTO, 2014). Então, os museus foram ganhando forma. Assim como também apareceu a necessidade de um campo científico que fosse capaz de resolver suas demandas, sendo este o início da Museologia.

¹Intitulado inicialmente por “Curso de Museus”, iniciativa cultural revolucionária para a época, pelo então diretor do Museu Histórico Nacional – RJ, Rodolfo Garcia. Saber mais em: <http://mariochagas.com/wp-content/uploads/2021/03/58imaginacao.pdf>

Contudo, assim como todo campo do saber, o curso da Museologia nasceu a partir do viés conservador, nacionalista, elitista e seletivo. Com teorias, perspectivas e condutas erguidas sob olhares e narrativas de padrões europeus, desde as disciplinas que eram ofertadas até quem as ministravam. Uma personalidade muito importante, inclusive, para a compreensão da base tradicional da Museologia, considerado referência na disciplina de Técnica de Museus e o “pai fundador”² de museus nacionais históricos, é o professor, museólogo, político, advogado e cronista Gustavo Barroso. (CHAGAS, 2003)

Para ele, a cultura popular era considerada como folclórica, algo que não tinha muita relevância, sendo uma linguagem cultural totalmente esquecida e substituída pelo estudo da evidenciação – muito próxima da idolatria – às relíquias antigas que retravam o passado “glorioso” do país. Esses objetos tinham, em sua maioria, uma origem militar e do período Imperial no Brasil, e carregavam uma narrativa que não se associava com problemas contemporâneos, muito menos com a função social dos museus. (CHAGAS, 2003).

Houve uma revolução desse pensamento graças ao desenvolvimento do estudo etnográfico. Antes, pensava-se assim por que o estudo antropológico era fragmentado entre os viajantes, missionários e administradores e, depois, passado ao pesquisador erudito (caso de Gustavo Barroso), que recebia informações, as analisava e interpretava ao seu modo. Essa era uma atividade considerada nobre. Só depois o pesquisador passa a entender a necessidade de deixar seu gabinete de trabalho, levando em consideração que a pesquisa de campo e, a observação direta são parte integrante da pesquisa em si. A antropologia se torna, pela primeira vez, uma atividade ao ar livre.

Graças a pensadores como Franz Boas³, esse tipo de ponto de vista foi atribuído como ‘microsociológico’. Boas dizia que no campo, tudo deve ser anotado de modo detalhado e meticuloso, desde objetos até melodias. Diferente de Barroso, que além de optar por não adotar tais métodos, mostra-se mais preocupado em impulsionar um olhar imperialista, nos moldes europeus, com a finalidade de construir uma narrativa hegemônica e de poder. Franz Boas mostrava que os costumes só têm significação se forem relacionados com o contexto particular

²O autor Mário Chagas destrincha melhor esse termo em sua Tese. Disponível no *link* acima.

³Franz Boas é um antropólogo alemão radicado nos EUA, conhecido como “pai da antropologia americana”. Um dos maiores expoentes da corrente culturalista na antropologia, sua influência estendeu-se para além de seu tempo, é um dos maiores antropólogos desde o surgimento dessa disciplina enquanto ciência. (Minden, 9 de julho de 1858 — Nova Iorque, 21 de dezembro de 1942).

ao qual se inscrevem. Para Boas, “apenas o antropólogo pode elaborar uma monografia, isto é, dar conta cientificamente de uma microssociedade, apreendida em sua totalidade e considerada em sua autonomia teórica” (LAPLANTINE, 2003).

Antes do século XIX, a ideia de que se tinha sobre o indivíduo era de que, desde a sua criação, ele não sofreu alteração, era um ser fixo, imutável. Esse pensamento era fortemente influenciado pela filosofia religiosa cristã (Deus criou todas as coisas desde o início do mundo). Um dos acontecimentos que deu luz ao conhecimento que temos hoje em dia foi a descoberta de fósseis. Ou seja, a concepção da arqueologia como saber científico. O homem se deparou confrontado pela querela do não fixismo. Essas evidenciações revelaram que não somente os seres vivos, mas também toda uma cultura que os cerca, envolvendo saberes específicos, sofreram grandes alterações no decorrer dos anos. (<https://mundoeducacao.uol.com.br>).

A história da arte também teve o início de sua autenticação científica no século XIX. Isso se deu, por meio da valorização dos objetos como sendo pertencentes ao seu domínio de estudo. Com o avanço das novas descobertas eles eram entendidos como documentos únicos e legítimos, que poderiam sinalizar culturas antecessoras e distantes. (BRULON, 2015)

A obra de arte e o monumento são, por fim, admirados por sua unicidade e originalidade, até certo ponto, responsáveis por documentar a “verdade”. Estes mesmos objetos – e não somente eles, os fósseis arqueológicos também – precisavam ser legitimados para se chegar a essa tal exatidão como finalidade científica. Sendo assim, a busca pela “verdade”, ou pela ciência na arte, necessitava de um trabalho fundado sobre a autenticidade dos documentos. Esse trabalho de ratificação das “coisas” (objetos, artefatos, fósseis e escrituras) dava-se dentro de instituições museais ou através da própria ideia de museália. (BRULON, 2015).

Faz-se importante assinalar aqui, inicialmente, a necessidade de mostrar as diferenças em terminologias usadas no campo disciplinar da Museologia com o intuito de auxiliar o leitor, a partir do entendimento de dois autores respeitados no campo, Desvallées e Mairesse (2013). Podemos compreender o a) Museal tudo aquilo que está ligado e faz referência ao museu, como instituição; já o b) Museológico é tudo o que é referente e referencia-se à Museologia, como campo disciplinar, do fazer e saber; a c) Musealização, é um processo realizado em um objeto, que causa uma alteração simbólica no mesmo, ou seja, quando colocamos um objeto do nosso cotidiano para narrar e representar algo ou alguém, esse objeto foi musealizado, contudo essa não é uma prática específica da museologia; a d) Musealidade, seria como um “modelo de realidade” construído a partir da Musealização, uma característica distintiva ou uma camada

social do objeto; e por fim, a e) Museália é compreendida como o objeto de museu, sendo ele de qualquer suporte, material ou imaterial.

A compreensão de museu, como não poderia deixar de ser, acompanha novas descobertas sempre. Hoje, podemos pensar em museu tradicional, a partir do conceito existente no artigo 2§1 dos Estatutos do Conselho Internacional de Museu (*ICOM*, sigla em inglês):

Instituição sem fins lucrativos, permanente, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, e aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, divulga e expõe, para fins de estudo, educação e divertimento, testemunhos materiais do povo e seu meio ambiente. (ICOM, 1999)

Um museu, por definição, é uma instituição a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, e geralmente é aberta ao público (mesmo que este público possa ser restrito, no caso de certos museus muito especializados, como certos museus acadêmicos ou médicos, por exemplo). (ICOM, 1999)

Contudo, o conceito de Museu do ICOM não é capaz de compreender tudo que pode vir a ser museu atualmente. Por isso, novos debates estão ganhando força, com o intuito de pensar, através da crítica, um conceito mais abrangente de museu, e da própria museologia em questão, que consiga envolver as reais necessidades de quem quer utilizar esse dispositivo ao seu favor, tornando-o mais acessível, inclusivo e democrático (ATHIAS & GOMES, 2016; RUSSI e ABREU, 2019).

Na contemporaneidade, após muitos questionamentos e debates em face de conceitos já estabelecidos pela Museologia tradicional, podemos visualizar a existência de Museologias, no plural. Esse entendimento vem por um viés que surge para desconstruir a ideia eurocentrada, branca e elitista, buscando diversificar, a partir da relativização, de releituras e de textos teóricos museológicos já publicados e de provocações de questionamentos de como esses lugares devem ser ocupados e representados. Perguntar “de qual museologia estamos falando?” é o eixo central para reconhecer qual metodologia colaborativa (levando em consideração objetivos basilares de inclusão e representatividade) podem ser aplicados.

Dessa forma, para contribuir com a documentação e preservação do acervo etnográfico da Aldeia Malhador, núcleo duro da pesquisa, precisamos utilizar a ampliação do conceito de Museologia. E, além disso, associá-la a uma abertura para construção de outras ideias, que devem ser formadas para além das paredes de um museu, atravessando os muros de uma universidade e unindo forças para fazer um trabalho colaborativo com aqueles que vivem realmente essa realidade.

Por conta da presença e força de atuação dos teóricos da Museologia Social (CHAGAS e GOUVEIA, 2014), compreendemos que a Musealização é um processo que ocorre para além do museu, visto que podemos musealizar em qualquer lugar. Contudo, é preciso atentar-se que tudo pode ser musealizado, mas nem tudo deve ser musealizado, pois existem questões éticas acerca das coleções e de quem as possui. E, ainda vale ressaltar que, não é porque um objeto está inserido no âmbito museal que ele está efetivamente musealizado. Existem muitas narrativas e críticas envolvidas por trás dos processos de musealização de um objeto, principalmente quando são questões relativas a reparações históricas.

É muito importante que saibamos como o objeto será utilizado durante e após essa mudança do simbolismo. O filósofo Giorgio Agamben (2007) aponta que muitos objetos são sacralizados e distanciados de seus pertencedores, de seu uso comum, provocando uma lacuna para a existência do sentimento de pertencimento, tornando-os sagrados. Essa ação acontece por conta do dispositivo do sacrifício. Contudo, simplesmente “pôr em uso os objetos que estão em desuso” não é o caminho a ser trilhado. Agamben chama esse comportamento de sacrilégio, que seria a mesma coisa que pura violação ou negligência. O processo de musealização deve ir além dessa concepção. Ele tem que buscar, não somente, superar e desativar múltiplas consagrações, mas também as restituir e ressignificar, o que ele vai chamar de profanação (AGAMBEN, 2007). Manusear também pode ser compreendido como uma maneira de preservar, só que a experiência tem um impacto que afeta e atravessa ainda mais quem está em contato com esses objetos.

2. A IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS DE MEMÓRIA E OS MUSEUS INDIGENAS: MUSEU KANINDÉ E O MUSEU KAPINAWÁ

Um dos recursos do dispositivo museal contemporâneo é agregar subsídios suficientes com a finalidade de gerar uma espécie de suporte cultural potencialmente apto para reivindicar uma identidade social local. Em ‘Quando o museu é uma luta: a criação do Museu da Beira da Linha do Coque e do Museu das Remoções’, tese de Gleyce Kelly Heitor, é explorada essa mecânica museal quando ela faz uma analogia entre os moradores do bairro do Coque, situado no centro do Recife, e um povoado fictício retratado no filme “Narradores de Javé”. Nesse último, a pequena cidade do vilarejo foi submersa, tragicamente, pelas águas de uma represa. Essa informação é importante para o que ela irá abordar mais adiante, no mesmo trabalho. Ainda no mesmo texto, a autora desenvolve uma linha de raciocínio com o desígnio de fazer uma analogia do filme “Narradores de Javé” com os moradores de ocupações populares que se desenvolveram na ilha de Joana Bezerra, região central da cidade do Recife, capital de Pernambuco (HEITOR, 2021).

A comunidade do Coque, como é popularmente conhecida, tem seu entorno cortado por importantes vias que ligam tanto o centro do Recife e Olinda, como ao bairro litorâneo de Boa Viagem. A sua vizinhança hoje é formada pelos polos médicos, hoteleiro, comercial e turístico da cidade. Esse contexto faz com que o território sofra com constantes processos de especulação política e imobiliária. Métodos violentos de políticas de segregação.

Posteriormente ela aponta que nas duas situações mencionadas anteriormente, ficção e realidade se aparentam, pois, tanto o povoado de Javé quanto a comunidade do Coque passam por experiências semelhantes. As duas populações descobrem que seu local de moradia poderia ser preservado, caso existisse um patrimônio histórico-cultural ou artístico de valor no local devidamente comprovado e documentado. Esse patrimônio, segundo a autora, poderia ser uma instituição *museal*, um museu (HEITOR, 2021).

O museu, a partir da perpetuação de um *modus operandi* da hegemonia, funcionou por muitos anos como um dispositivo legitimador de uma ideia do que seria “o índio”, a arte indígena e sua cultura. De forma que, ainda hoje, a instituição museu e o fenômeno museal são utilizados como recursos capazes de produzir narrativas específicas, interferindo diretamente em concepções que são oriundas aos próprios povos indígenas. No Brasil, a criação dos discursos e narrativas com o advento dos objetos, e do próprio museu, teve sua “magnificência” durante o período de formação do país no ocidente.

Partindo do Museu Nacional e de suas coleções científicas como expressões do paradigma da ciência enciclopédica que fundou o campo museal no Brasil, constatamos que a história do pensamento no dito “Ocidente”, em grande medida, se vê atravessada pela história dos museus na Modernidade, ao longo da qual foram suprimidas outras formas de experimentar e de pensar o mundo em detrimento de um único pensar universal. (BRULON, 2020).

Hoje, com a chegada de novas compreensões museológicas, discutidas principalmente a partir da mesa redonda de Santiago do Chile, de 1972, surgem também novas assimilações sobre os espaços de memória (RUSSI e ABREU, 2019). Em síntese, ocorre um processo de descentralização do objeto, abrindo espaço para a apresentação de narrativas comprometidas com pautas sociais, ao incorporar falas que rompem com discursos hegemônicos. Esses movimentos epistemológicos, aliados na construção de novas museologias, estimularam a formação de museus etnográficos desenvolvidos por esses atores sociais que foram historicamente representados por relações de dominação.

Mesmo com todo esse movimento de transformação no campo, ainda se percebe o velho costume de pensar o museu simplesmente como um lugar no qual se encontra alguns quadros enfileirados, alguns vídeos expostos etc. Mas, em passos irregulares vemos a Museologia transpor reproduções do passado para se envolver com novos compromissos, afirmando o museu como um instrumento de reflexão crítica, política e social.

São vários os povoados indígenas, por exemplo, que estão à frente de projetos de construção de seus próprios espaços museais de memória. Isso decorre não somente com a finalidade de ratificar sua identidade, mas também da necessidade de redescobri-la e apresentar novos sentidos. É uma possibilidade de distanciamento de um discurso colonialista ocidental que foi durante muito tempo amplamente difundido, fazendo-se presente em muitos lugares e estando, até hoje, petrificado em grande parte do imaginário social brasileiro.

Há um acentuado crescimento não só de museus indígenas por todo o Brasil, nos últimos dezoito anos, mas também de musealidades específicas praticadas por diversas comunidades indígenas em larga escala no território Nacional. O espaço Memorial da Aldeia Malhador é uma dessas comprovações. Ao longo dos anos, mais de quarenta iniciativas museológicas foram evidenciadas através de trabalhos de campo, e, no que o professor e doutor em antropologia Alexandre Oliveira Gomes, chamou de Rede Indígena de Memória e Museologia Social, projeto de estudo construída em Recife (PE) em dezembro do ano de 2014, com a finalidade de analisar como se dá a relação entre memória e etnicidade através da análise da ação museológica

indígenas protagonizadas por todo Brasil. Uma das principais influências para a montagem desse estudo foram as experiências vividas, em pesquisa, a partir do Museu dos Kanindé, localizado no Sítio Fernandes, zona rural do município de Aratuba (CE), criado no ano de 1995 com a participação dos indígenas dos respectivos povoados (GOMES, 2019, p. 25,26,27).

Tendo isso em vista, e reconhecendo que um dos papéis importantes desempenhados pelo museu etnográfico é o de representar as alteridades utilizando o poder da memória como ferramenta estratégica, os museus étnicos, indígenas, tribais e o Memorial da Aldeia Malhador evidenciam que, atualmente, há lugar para desenvolver novas perspectivas. Não somente por conta do exercício da auto narrativa - de contar (representar) sua própria versão dos fatos -, mas de remontá-la e apresentar sentidos próprios ou até mesmo novos sentidos, através de uma metodologia específica formulada pela própria comunidade em questão que continua em curso a todo momento. Mas antes, algumas questões são importantes para o exercício reflexivo que esse tipo de estudo se predispõe. Seria possível pensar em uma “epistemologia dos museus indígenas”? Quais conhecimentos fundamentam os significados e as práticas dos indígenas em seus museus? Essas questões nos direcionaram à necessidade de compreender aspectos da cosmologia dos povos, que possuem importância fundamental em suas relações com a memória e com o passado, guiando a constituição destes espaços, processos e ações museológicas.

2.1 MUSEU KANINDÉ

O museu dos Kanindé, um dos principais museus indígenas do país que não só integram a Rede Indígena de Memória e Museologia Social, mas também estiveram diretamente ligadas na construção da mesma, foi criado aproximadamente em meados de 2009 pelo Cacique Sotero. Trata-se do segundo museu indígena criado no Brasil. A partir de 2012, o Museu dos Kanindé e seus organizadores foram obtendo cada vez mais visibilidade no cenário museológico nacional, na arena das políticas públicas, nos meios acadêmicos e no seio do próprio movimento indígena em criar seus próprios locais de memória.

Sabendo que há de fato uma museologia indígena, e que, sendo assim, existem novos espaços de memória, não limitados somente aos já conhecidos museus etnográficos, mas sim, os “novos” museus ditos comunitários ou “tribais”. Como uma museologia academicista pode estreitar relações de modo a contribuir para a difusão, preservação e consolidação desses espaços levando em consideração as propriedades particulares de uma museologia local que já vem sendo praticada? (ATHIAS & GOMES, 2016; RUSSI e ABREU, 2019). Como analisar

uma realidade situada em diversos contextos sociais, perceptível entre diversos lugares, povos e situações? Realidade sinuosa, maleável e extremamente dinâmica. (GOMES, 2019, p.33)

Para compreender as experiências museológicas indígenas, é preciso refletir sobre como estas populações organizam e apresentam, nos museus, as suas ideias, percebendo como classificam a realidade para si e, ao apresentarem-se, como organizam nestes processos seus conhecimentos e cosmovisão. Nessa perspectiva, os museus indígenas expressam “formas de vida”, maneiras de praticar a classificação do mundo. Por exemplo, ao entrevistar um aldeão da comunidade malhador e questioná-lo sobre o que não pode deixar de ter em um museu da aldeia em questão, ao invés de citar um objeto tridimensional, ele pode responder “limpar o barreiro”. Respostas como essa, e muitas outras parecidas, formam diversas vezes ouvidas em atividades de campo da Aldeia Malhador. Muito mais que simplesmente um espaço físico para a exposição de objetos, memórias e patrimônios. Nesse ponto-de-vista, a relação entre museus indígenas e cosmologias torna-se uma problemática crucial, levando a formular conceitos como “cosmopolíticas da memória”.

As noções de etnomuseologia e ação museológica indígena, para a criação do museu Kanindé, resultaram de um esforço analítico para o amadurecimento de uma perspectiva teórico-museológica adequada a analisar os próprios processos museológicos indígenas dos Kanindé. Nesse processo, destacaram-se as trajetórias de Suzenilson Santos – filho do cacique Sotero e coordenador do Núcleo Pedagógico-Educativo do museu desde 2011; e Antônia Santos, neta do pajé Maciel, participante do grupo que efetuou o inventário participativo do acervo em 2011 e, até 2017, monitora do museu (GOMES, 2019, p.33,34)

2.2 MUSEU KAPINAWÁ

Outro espaço de memória, e exemplo de uma museologia indígena muito particular é o Museu Kapinawá. Ele foi inaugurado em 23 de julho de 2015 com a Exposição “Em Kapinawá tem” no Espaço Sagrado Ajucá. Este espaço é fruto de várias ações já consolidadas, estabelecidas anteriormente. São imagens escolhidas por já serem expostas e publicadas, porque o acervo do CIMI/NE (Conselho Indigenista Missionário do Nordeste) ainda não está completo e disponibilizado para o público em geral. Outras ações são os projetos acadêmicos junto às universidades, como a UFPE, por exemplo. Também houve, embora posteriormente, um projeto apoiado pelo Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura – FUNCULTURA da Fundarpe, intitulado “Kapinawá, meu povo conta e canta: memórias, samba de coco e furnas”,

iniciado em 2013 e finalizado em junho de 2015, com a coordenação da antropóloga Lara Erendira Andrade em conjunto aos professores(as) indígenas Maria do Socorro França, José Ilton Bezerra e o Cacique Robério Francisco Maia.

Contudo, o processo de legitimar a identidade étnica ao órgão da FUNAI – Fundação Nacional do Índio, inicialmente foi falho. O povo Kapinawá tem a aliança de duas representações indigenistas que chegaram à região por saber de todos os conflitos acontecidos, uma representação ligada à Igreja Católica e outra ligada a uma instituição de ensino superior, a Universidade Federal da Bahia - UFBA. Como representante da igreja estava o recém criado CIMI regional Nordeste, na figura do missionário e coordenador da regional Fabio Santos, o “Fabião”, que traz consigo uma equipe de apoio para fazer a documentação dos eventos incluindo o fotógrafo e geógrafo, Zé Karajá, no qual documentou a Aldeia Mina Grande e um grupo do Programa de Pesquisa sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro - PINEB da Universidade Federal da Bahia – UFBA, que fez um levantamento no território em 1981 (ANDRADE, 2014).

Este museu foi a primeira iniciativa de produzir um museu comunitário dentro do território Kapinawá, que tem como objetivo existir outros dentro da extensão territorial, tratando do histórico da comunidade e dos familiares. A ideia é ser narradores de suas próprias histórias e passar para os mais jovens, para que continuem herdeiros da luta e resistência dentro do território.

A legitimação da FUNAI em relação ao povo Kapinawá só ocorreu dado a um confronto que passou a ser noticiado por vias midiáticas da época e para não “demonstrar desprezo” aos povos indígenas no Nordeste, incluíram a Portaria nº 793, de 08.11.82, dando direito ao povo kapinawá enquanto indígenas, como destaca Andrade (2014, p.56)

O conflito teve seu estopim no dia 07 de fevereiro de 1982, em um confronto armado travado entre os Kapinawá e pistoleiros, na Vila do Catimbau. A situação ganha visibilidade e a FUNAI toma providências para o início da regularização fundiária; em 1982 é lançada a portaria que cria o Posto Indígena Kapinawá e em 1983 ele é estabelecido na Mina Grande; em 1984 faz o estudo que identifica a área. Neste processo de estudo do território são tomados como referência de limites da Terra Indígena os dois principais riachos que banham o território, os riachos do Macaco e do Catimbau. (RODRIGUES, 2017)

Desde então, reconhecidos pela sua identidade, o povo Kapinawa continua na batalha pelo reconhecimento. Depois de conseguir o reconhecimento e o território da Aldeia Mina Grande até o Vale do Catimbau. Em 1995, fizeram sua última retomada na Aldeia Coloral, local onde está situado atualmente o Museu Indígena Kapinawá. (RODRIGUES, 2017)

Como se pode observar, nos exemplos abordados anteriormente, não só há um vácuo de incertezas e contradições, em relação à academia e os museus que estão mais a margem da sociedade, ou interiorizados (fora das regiões metropolitanas) como, sobre o que são os museus e suas variações. Indo mais além, quando esses conceitos se estendem para algumas amostras de museus indígenas tornam-se evidentes divergências adaptativas, etnogêneses, cosmologias, repatriação interétnica, o sagrado, o que é do homem, e outras questões que um museu ortodoxo ou tradicional nunca abordaram. Questões complexas que estão longe de serem entendidas até pelos estudos mais minuciosos da academia.

3. MEMORIAL DA ALDEIA MALHADOR E A MUSEOLOGIA COLABORATIVA NA PRÁTICA

A expressão Kapinawá é designada por um período histórico de disputas regionais. Ela intitula o tempo de conflito com os fazendeiros e que faz referência às consecutivas vezes que famílias da Mina Grande e de algumas outras localidades do entorno cortaram os arames das cercas que os fazendeiros tentavam colocar em seu território. (ANDRADE, 2014, p. 27). As aldeias da Terra Indígena Kapinawá estão localizadas a aproximadamente 295 km do centro do Recife, no Agreste do estado de Pernambuco, e fragmentam-se entre os municípios de Buíque, Ibimirim e Tupanatinga.

Os Kapinawás estão localizados na região desde o século XVIII, são descendentes de indígenas que habitavam a Aldeia do Macaco (situada na mesma região onde atualmente estão localizados), da etnia Prakió (ou Pratió). Além disso, estão situadas, em sua maioria, no perímetro do Vale do Catimbau, e demarcadas no que é hoje reconhecido como Terra indígena Kapinawá. Essa posição fica melhor elucidada com os exames dos mapas seguintes.



Figura 3 – Mapa de Pernambuco ilustrando o Município de Buíque (ilustração da internet)



Figura 4 – Mapa de Aldeias e demarcações territoriais Kapinawá (Ilustração da Internet)

O último processo de reconhecimento dos territórios Kapinawá foi feito, pela última vez, no ano de 2008, pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI e, desde então, apesar de várias reivindicações, não houve mais atualizações fundiárias. Algumas famílias possuem como prova da descendência (e consequentemente da posse da terra) uma cópia de um documento imperial que concede a propriedade da região para as famílias dos indígenas que fizeram participação na Guerra do Paraguai (1864 - 1870), este documento datado de 1874 é ponto forte da resistência das famílias daquela localidade (UFPE, 2016).

Cabe aqui informar que, atualmente, a aldeia Malhador é vista como uma retomada, por alguns povoados Kapinawá, pois o processo de demarcação não inclui esta área. Quanto à extensão territorial demarcada, está registrado que o povo Kapinawá ocupa em torno de 12.403 m². E com base ao último estudo realizado em 2010, e de acordo com a os dados do DSEI-PE o território Kapinawá tem uma população que compreende aproximadamente 1.857 pessoas espalhados por 28 aldeias.

Qual o poder de uma etnografia? Estaria o poder de uma etnografia justamente em uma de suas fragilidades: revelar o fugidio, breve piscar de olhos no túnel do tempo da mais longa duração? Ou estaria em seu caráter de ser um registro imperceptível nos processos macros e que, ao mesmo tempo, tanto evidência sobre a ação dos indivíduos na história? Em que reside o poder de uma etnografia? (GOMES, 2019, p. 185)

Os conflitos sobre a posse do território não deixaram de existir, a luta pela identidade indígena e pela propriedade da terra incomodou muitos atores da região (grileiros e fazendeiros) que buscavam tomar posse da área, seguido por mortes em ambos os lados. Estes conflitos fizeram com que algumas famílias passassem a iniciar ações de organização local para poder manter suas poses e reivindicar sua identidade, como comenta Andrade (2014, p.48):

O processo de territorialização que possibilitou o reordenamento social dos agrupamentos familiares do entorno da Serra do Macaco e sua reivindicação pela identidade indígena Kapinawá foi deflagrado com a ofensiva contra seu território. Entre os anos de 1979 e 1983 o território da atual Mina Grande foi palco de violentos 14 conflitos entre estas famílias, por um lado, e os fazendeiros, por outro.

Durante os anos de 2018 e 2019 foram realizadas duas atividades de aula de campo; a primeira foi realizada entre os dias 15 e 17 de novembro de 2018, e no ano seguinte, de 14 a 16 de junho de 2019, ambas de caráter exploratório, valorizando a interdisciplinaridade e incentivando o trabalho colaborativo com os Kapinawá a partir dos princípios da Antropologia, e Museologia.

Nesse contexto, estas atividades colaborativas, além de serem instrumento facilitador da aprendizagem dos alunos da disciplina de Etnomuseologia, visando a aplicação da teoria vista em sala de aula com a prática, em campo, tinham como objetivo principal serem, de fato, uma ação colaborativa entre estudantes e grupos indígenas pertencentes a etnia Kapinawá, mais especificamente a Aldeia Malhador. Assim, embora o grupo de alunos precisasse estar em uma posição de auxiliar com os conhecimentos acadêmicos e teóricos da Museologia, ao mesmo tempo, deveria buscar sempre estar atento para reconhecer os pontos de vistas da comunidade, pois eles precisam ser sujeitos ativos nos processos museológicos. Todas as propostas deveriam ser discutidas por todos. Por isso, é importante reconhecer que o trabalho precisa ser desenvolvido em contraposição com a museologia tradicional, com muito cuidado para não exercer pretensões colonialistas e dando espaço para a experimentação metodológica.

3.1 ATIVIDADES DE CAMPO

Durante as atividades colaborativas, destinadas às comunidades Kapinawá, foram organizadas e desenvolvidas diversas atividades. Dentre elas, aconteceram rodas de debates, visitas em lugares sagrados, comemorações (representadas de forma cerimonial por meio do Toré e do samba de coco), entre outras ações. Essas atividades influenciaram diretamente na

escolha da metodologia de pesquisa da equipe. Sendo assim, ficou definido, que na primeira visita de (15/11/2018 à 17/11/2018), foram feitos os registros fotográficos, dos bens culturais que já haviam sido coletados anteriormente pelo líder indígena Ronaldo Kapinawá⁴, conforme explicitados abaixo, com a finalidade de exibí-los na exposição virtual. E para que esses registros fossem realizados, o líder comunitário teria que explicar o significado e representatividade de cada objeto, um por um, através do uso de termos e compreensões próprias de um aldeão da comunidade indígena.

Durante os dias seguintes, foram feitas entrevistas com os moradores da aldeia. Essas entrevistas tinham como base a seguinte pergunta: o que não pode faltar no museu da aldeia malhador? Esse questionamento coloca em evidência o paradigma da construção de uma memória coletiva. As negociações que são travadas entre memórias de sujeitos, memórias de grupos e memória de sujeitos como memórias de grupos (HEITOR, 2021: ATHIAS e GOMES, 2016). Apesar da construção do memorial estar embasado em uma cultura específica, isso não quer dizer que ela seja completamente homogênea, os conflitos de narrativas existem entre os moradores por diversos motivos - diferentes graus de interações, localidades, finalidades e até religião - e eles são necessários.



Figura 5. Entrevista com o senhor Antenório (Aldeia Malhador).

Foto: Autor

⁴Ronaldo Siqueira, conhecido por Ronaldo Kapinawá é um líder indígena, arqueólogo, pedagogo, guia de turismo, fotógrafo e coordenador do museu comunitário, inaugurado em 2015 e localizado no Espaço Sagrado Anjúca, denominado Museu Kapinawá.



Figura 6. Identidade 1.

Foto: Autor



Figura 7. Identidade 2

Foto: Autor

Além disso, a pergunta foi elaborada em conjunto com o objetivo de minimizar a influência curatorial dos estudantes no juízo e seleção dos objetos, para que a narrativa fosse essencialmente do povoado, buscando expor suas visões e seus valores. Foram divididas equipes que se dirigiram de casa em casa com o propósito de coletar o maior número de informações possíveis dos moradores do Malhador. Assim, o grupo além de conhecer mais de perto a comunidade, obteve a possibilidade de saber a percepção das pessoas da região, indivíduo por indivíduo, sobre o que não pode deixar de ser representado no museu.



Figura 8. Bolsas feitas de Caroá

Foto: Autor



Foto 9. Bastão utilizado para amassar o Caroá.

Foto: Autor



Figura 10. Onde se prepara o caroá. Foto: Autor.



Figura 11. Fazendo o caroá (Preparação) Foto Autor.



Figura 12. Menina vestida com sai de caroá.

Foto: Autor

Na segunda atividade colaborativa realizada na aldeia Malhador (14/06/2019 à 16/06/2019) o reencontro tinha o objetivo de realizar oficinas para a salvaguarda dos bens materiais e os instruir no manuseio do próprio site, além de montar, junto com as pessoas mais experientes da aldeia, uma ficha catalográfica a partir de suas próprias concepções. Do mesmo jeito que se questiona, hoje em dia, se há alguma forma de instalar obras de arte de modo que o artista e o historiador não experienciem o espaço do museu como um lugar de um triunfo sobre o outro (LAMONI e ALVES, 2017) a preservação colaborativa tem o objetivo de construir, apoiado no diálogo, para se pensar a partir de perspectivas horizontais ou laterais, através de um modelo de aliança.

Citando o caso das fichas catalográficas mencionadas anteriormente, há vários vocabulários controlados dentro do campo acadêmico museológico que não se aplicam a comunidade em questão, como por exemplo o vocábulo “artista”. Esse termo técnico teria que ser substituído através de uma estratégia de lateralidade - em conjunto aos moradores - e interdisciplinaridade – em conjunto com os estudantes de outras disciplinas. Em relação às oficinas praticadas, elas foram empreendidas junto com as crianças do povoado dentro da escola da comunidade. Esses jovens não só participaram, ajudaram e aprenderam processos museológicos, como também orientaram e pontuaram questões inerentes a cada objeto da coleção expográfica.

Com o intuito de levar os princípios das ações práticas da Museologia – conservação preventiva e documentação de acervos – para auxiliar a preservação material do acervo da Aldeia Malhador, foram realizadas oficinas e conversas ministradas e intermediadas pelos próprios alunos, sob coordenação do professor responsável. Dentro do campo prático museográfico existem algumas normas e caminhos que servem como base para uma boa conservação preventiva e a documentação de acervos serem assertivas e cumprirem com o

objetivo de preservar e prolongar a vida útil do estado físico dos objetos materiais, como pode ser visto em Cassares (2000). Contudo, por se tratar de um acervo etnográfico, faz-se necessária a adaptação de algumas atividades para a realidade do acervo que está sendo trabalhado.

Para o desenvolvimento de uma documentação acessível, de fácil compreensão e preenchimento, foram realizadas adaptações e modificações, enquadradas para realidade do local, em um modelo de ficha catalográfica levada para a oficina de documentação. A ficha catalográfica adaptada contava com campos que conseguisse dar conta, também, da subjetividade existente nos objetos, para além de suas informações tridimensionais. Esta foi ministrada pelos alunos para a comunidade da aldeia, buscando que todos adquirissem noções básicas do que seriam essas documentações e porque seria importante adotar essa prática para o acervo etnográfico da aldeia. Essa forma de sistematizar as informações contidas nos objetos é também uma forma de preservar a memória desse povo, através das peças.



Figura 13. “Cesto” (Aldeia Malhador)
Foto: Autor



Figura 14. “Maracá Kapinawá”
Foto: Autor

No que concerne à oficina de conservação preventiva foram demonstrados os procedimentos de higienização, acondicionamento e digitalização – registros fotográficos do acervo, individualmente. Com o desenvolvimento das atividades na oficina, conseguimos visualizar que não havia uma preocupação em relação a conservação da integridade física dos objetos. Não era tido como algo que precisasse dedicar atenção sobre. Muitos dos artefatos estão em uso pela comunidade, ainda são utilizados no cotidiano das pessoas, por isso não conseguem visualizar essas peças como sacralizados, como um pilão, utilizado para “bater” café, que pertenceu a gerações passadas, está em uso atualmente e será doado ao Memorial da comunidade. O acervo possui significado e reconhecimento inquestionável pela comunidade, possuem uma relação direta muito forte com os objetos que contam sua história e ressaltam sua

memória, por isso não são visualizados como peças que precisam se distanciar de sua função original para ser musealizado.



Figura 15. “Ferro de passar”.

Foto: Autor



Figura 16. “Pedra” Coletada por Ronaldo Kapinawá.

Foto: Autor

Durante a realização das oficinas, foram apresentadas instruções para navegação da exposição virtual em construção, onde eles próprios ficarão responsáveis, posteriormente finalização da criação, de alimentá-la, realizar alterações e manter o site em atividade. Levar o acervo etnográfico para os dispositivos digitais e virtuais, é uma forma de difundir esse patrimônio imaterial (a cultura e memória do povo) e material (as peças em si) para que outras pessoas tenham acesso e conhecimento da cultura indígena Kapinawá, especificamente da Aldeia Malhador.

A preservação da memória, da cultura e dos objetos são de extrema importância para que os costumes e vivências do povo Kapinawá residentes da aldeia Malhador, se faça presente e mantenha suas tradições. Ao utilizar os objetos que compõem o acervo etnográfico da aldeia em rituais e atividades laborais, reforça a força que as peças possuem dentro e fora da comunidade indígena. Uma vez que é possível compreender sua cultura através dessas. Todas possuem valor afetivo, cultural, funcional, histórico e social que são passados de geração em geração.

Durante a pesquisa muitos pontuaram que além dos objetos, não poderia faltar as representações das práticas e costumes do povo, como por exemplo: bater caroá, que é uma planta sazonal utilizada para fazer vestimentas e acessórios. Também mencionaram o Toré - que é uma dança típica e ritualística, assim como, fazer farinha de mandioca. O despertar para a preservação desses saberes perpassa tanto o aspecto cultural, por serem manifestações que reafirmam a identidade indígena local do povo Kapinawá (Aldeia Malhador), passadas de geração em geração, quanto o simples direito de existir e a garantia da moradia. Por serem práticas coletivas, contribuem para o estreitamento das relações entre os indivíduos da

comunidade, fortalecendo a noção de povo, principalmente entre os mais jovens da comunidade.

A partir de conversas e trocas de conhecimento com o líder indígena Ronaldo Kapinawá, responsável pela construção do memorial da aldeia Malhador, compreendeu-se que os objetivos relacionados à proposta do museu estariam para além de promover o fortalecimento das tradições locais. De maneira que uma das maiores motivações para iniciar o projeto de formação do museu está diretamente ligada com a luta política enfrentada pela comunidade em busca da atualização das demarcações territoriais. E isso se dá por entenderem o museu como um lugar de poder, capaz de auxiliar na legitimação da narrativa de pertencimento à terra em que habitam. Essa questão é extremamente importante, não apenas pelo aspecto jurídico, do direito de habitar e serem reconhecidos como parte do território indígena, mas engloba o aspecto religioso intrínseco à relação com essa terra, como manifestação e conexão com sua ancestralidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo processo foi realizado em conjunto à comunidade da Aldeia Malhador, buscou-se estabelecer uma horizontalidade na aproximação da realidade deles com nossos objetivos, prevalecendo sempre o compromisso com as vivências e necessidades sociais das pessoas e o respeito para com os costumes e a cultura, os objetos e o povo em si da aldeia. Atentamo-nos, como pesquisadores, a preservar apenas o caráter científico de pesquisa, utilizando a neutralidade, escuta aberta, conversas neutras que não influenciassem os resultados encontrados, principalmente nas entrevistas.

Nós compreendemos que o museu - mesmo a partir das novas ideias que se tem, sendo ele de território, comunitário, ecomuseu – ainda possui uma característica legitimadora muito forte. Glauber Lima (2014) consegue nos mostrar isso ao afirmar que partindo das compreensões e discursos atuais relacionados às instituições museais, não é possível desassociar estas à “um discurso ou de um projeto” capaz de “provocar metamorfoses sociais”. O museu se configura como um dispositivo capaz de afirmar e potencializar realidades representadas em seus discursos, contudo, possui o mesmo poder relacionado ao apagamento e à distorção. É preciso ficar atento aos métodos que estão sendo utilizados para o desenvolvimento dessa narrativa, por isso nosso trabalho se configurou na escuta, participação e colaboração em rede (LAMONI e ALVES,2017) para que seja possível compreender que a cultura, história e memória do povo Kapinawá será representado a partir dos objetos e dispositivos museais, mas transcendem e vão além da materialidade.

Por fim, assinalamos, como discutidos por Athias & Gomes (2016) e corroboramos com estas notas, que as atividades colaborativas e a inserção dos objetos no discurso dos povos indígenas inauguram um novo olhar conceitual para um importante espaço direcionado a uma revisão do olhar antropológico e museológico sobre o “outro” construído através dos objetos etnográficos. Nesse sentido, povos indígenas em Pernambuco, e em outros estados brasileiros, vem se apropriando de variadas ferramentas de representação expressas em linguagens diversas, das quais destacamos a construção de museus e outros espaços, associados à administração/gestão da memória e do patrimônio cultural efetuados nos últimos anos através do estabelecimento de uma Política Nacional de Museus, iniciada pelo antigo Departamento de Museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN). Estas experiências colaborativas pretenderam atuar em uma demanda crescente entre povos indígenas, que buscam por fortalecimento de suas identidades étnicas, sendo melhor representados, qualificação

para a gestão eficiente dos processos museológicos, adaptando ferramentas, técnicas e aparatos conceituais às realidades de suas próprias experiências.



Figura 17. Objeto coletado por Ronaldo Kapinawá
Foto: Autor

REFERÊNCIAS

- ATHIAS, Renato Monteiro; GOMES, Alexandre Oliveira (orgs.). **Coleções etnográficas, museus indígenas e processos museológicos**. Recife: EDUFPE, 2016.
- ATHIAS, R.; LIMA FILHO, M. **Dos museus etnográficos às etnografias dos museus: o lugar da antropologia na contemporaneidade**. In: RIAL, C.; SCHWADE, E. Diálogos Antropológicos Contemporâneos. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2016.
- ATHIAS, R.; LIMA FILHO, M.; ABREU, R. (orgs.) **Museus e Atores Sociais: Perspectivas Antropológicas**. Recife: Editora da UFPE/ABA Publicações, 2016.
- DESVALLÉES, A; MAIRESSE, F. Conceitos-Chave de Museologia, In: São Paulo: **Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus**; Conselho Internacional de Museus; Pinacoteca do Estado de São Paulo; Secretaria do Estado de São Paulo, 2013.
- HEITOR, Gleyce Kelly Maciel. **Quando o museu é uma luta: a criação do Museu da Beira da Linha do Coque e do Museu das Remoções**. Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2021.
- ICOM (1995). Estatutos do ICOM. In. **Cadernos de Sociomuseologia**. nº 15 – 1999. Lisboa, Portugal: ULHT.
- ANDRADE, Lara Erendira Almeida de. **Kapinawá é meu, já tomei, tá tomado: organização social, dinâmicas territoriais e processos identitários entre os Kapinawá**. João Pessoa, 2014.
- LAMONI, Giulia; ALVES, Margarida Brito. **Conexões Radicais: Feminismos, Curadoria e Colaboração**. Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher [online]. 2017, n.38.
- AGAMBEN, G. Profanações, In.: **Elogio da Profanação**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- BRULON, Bruno. Os objetos de museu: Entre a classificação e o devir. *Inf. & Soc. Est.*, João Pessoa, v.25, n.1, p. 25-37, jan./abr. 2015.
- BRULON, Bruno. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para repensar os museus. In: *Anais Do Museu Paulista: História E Cultura*. 2020.
- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio. Ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- CHAGAS, Mario de Souza. A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003, p. 84-184 (Subitem 2.1)
- CHAGAS, Mario; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). *Cadernos do CEOM*, v. 27, n. 41, p. 9-22, 2014.

SOTO, Moana. Dos gabinetes de curiosidade aos museus comunitários: a construção de uma concepção museal à serviço da transformação social. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 48, n. 4, 2014.

VIDAL, Lux Boelitz (Org.). *Grafismo indígena: estudos de antropologia estética*. São Paulo: Edusp, 1992.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984.

RIBEIRO, Berta G; VAN VELTHEN, Lúcia H. Coleções etnográficas: documentos materiais para a história indígena e a etnologia. IN: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

RUSSI, Adriana; ABREU, Regina. “**Museologia colaborativa**”: diferentes processos nas relações entre antropólogos, coleções etnográficas e povos indígenas. *Revista Horiz. antropol.* Porto Alegre, ano 25, n. 53, p. 17-46, jan./abr. 2019.

RODRIGUES, Marcela. *Conservação Preventiva de acervos fotográficos: Notas sobre as Fotografias dos Kapinawá no Acervo do Conselho Indigenista Missionário*. 2017. Defesa de Monografia, Curso de Bacharelado em Museologia, da Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

GOMES, Alexandre Oliveira. *MUSEUS INDÍGENAS, MOBILIZAÇÕES ÉTNICAS E COSMOPOLÍTICAS DA MEMÓRIA: um estudo antropológico*. 2019. Tese de Doutorado, Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

ANEXO A. Registros dos momentos de visita de campo na Aldeia Malhador:





